

CORREIO
OFFICIAL

10 DE AGOSTO
DE 1911

(BRAZIL)

Quarta-feira, 10 de Agosto de 1911

PARAHYBA)

CORREIO



OFFICIAL

ESTADO DA PARAÍBA DO NORTE

ANNO XVI

PUBLICADO NA "IMPRENSA OFFICIAL"

N. 23

ASSIGNATURAS:—6\$000 por anno começando em qualquer tempo e findando sempre em 31 de Dezembro.

GOVERNO DO ESTADO

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR.
DR. JOÃO LOPES MACHADO, PRE-
SIDENTE DO ESTADO.

Expediente do Governo do dia
24 de Julho de 1911.

Portarias:

O Presidente do Estado, sob
proposta do Dr. Chefe de Poli-
cia, resolve exonerar o cidadão
João Belmont Carneiro da Cun-
ha, do cargo de delegado do
termo do Picuhy.

Igual:

O Presidente do Estado, sob
proposta do Dr. Chefe de Poli-
cia, resolve determinar que, o
actual subdelegado de Picuhy, do
termo do mesmo nome, cidadão
Gonçalo Elpidio Dantas, passe
ocupar o cargo de delegado do
respectivo termo.

Igual:

Nomeando para subdelegado
o cidadão João Lucio de Ma-
cêdo.

Tiveram o conveniente destino.

Circular:

Ao Cidadão Prefeito do Mu-
nicipal da Capital.

Tendo a inspeccoria Agricola
neste Estado em officio datado
de 15 do corrente mez, sob n.
74, se dirigido a este governo,
pedindo a intervenção junto aos
prefeitos municipaes, afim de que
possa aquella inspeccoria obter
dos mesmos as diversas infor-
mações que tem solicitado, re-
commendo-vos que deveis satis-
fazer toda e qualquer informação
que vos for pedida pela referida
inspeccoria.

Igual:

A todos os Prefeitos Muni-
cipaes do interior do Estado.

Expediente do Secretario de Es-
tado.

Officio:

Ao Cidadão Inspector do The-
souro.

De ordem de S. Exc. o Snr.
Presidente do Estado vos remet-
to, para os fins convenientes, a
inclusa copia do Decreto n. 502
de 21 do corrente mez, cedendo

ao governo da União o do-
minio util do terreno que for
necessario é installação do cam-
po de demonstração na proprie-
dade Picuhy deste Estado.

Expediente do Governo do dia
26 de Julho de 1911.

Officios:

Ao Cidadão Inspector do The-
souro.

Communico-vos, para os fins
convenientes, que em data de 24
do corrente mez, renunciou, pe-
rante a Meza da Assembléa Le-
gislativa deste Estado, o cargo
de Vice-Presidente o Dr. Pedro
da Cunha Pedrosa, conforme par-
ticipou o respectivo 1.º Secreta-
ria em officio d'aquella data.

Ao mesmo:

Recommendo-vos que façaes
entregar ao Prefeito do Muni-
cipio de Campina Grande, coronel
Christiano Lauritzen, a quantia
de 1:000\$000, por conta da ver-
ba de 20 % recolhida pelo refe-
rido prefeito, afim de ser appli-
cado em concertos urgentes de
que necessita o açude velho da
respectiva cidade, conforme soli-
citou o mesmo prefeito em offi-
cio datado de 24 do corrente mez.

Ao mesmo:

Communico-vos, para os fins
convenientes, que em data de 1.º
do corrente mez, o bacharel João
Marinho da Silva, promotor pu-
blico da comarca de Pombal, reas-
sumiu o exercicio de seu cargo,
por ter terminado a licença em
cujo goso se achava.

Expediente do Governo do dia
27 de Julho de 1911.

Officio:

Ao Cidadão Inspector do The-
souro.

Communico-vos, para os fins
convenientes, que em data de 17
do corrente mez, o cidadão Dio-
nisio Duarte de Novaes, assumio
o exercicio do cargo de Juiz Mu-
nicipal do termo de Serraria, na
qualidade de 1.º supplente do mes-
mo juiz por ter entrado no goso
de licença o actual Juiz Muni-
cipal, bacharel Joaquim Herculano
de Figueiredo.

Igual:

Ao Presidente do Superior Tri-
bunal de Justiça.

Igual:

Ao Juiz de Direito da Comar-
ca de Guarabira.

Expediente do Secretario de
Estado.

Officio:

Ao Cidadão Juiz de Paz do dis-
tricto de Canafistula.

S. Exc. o Sr. Presidente do Es-
tado, em resposta ao vosso offi-
cio datado de 26 do corrente mez,
vos manda remetter dous livros,
sendo um para o registro de Nas-
cimento e outro para o de obito,
afim de que deveis dar o con-
veniente destino.

Expediente do Governo do dia
28 de Julho de 1911.

Portaria:

O Presidente do Estado, atten-
dendo ao que requereu o cida-
dão Ildelfonso Fernandes de Arau-
jo Lima, administrador da Cadeia
Publica desta Capital, e tendo em
vista o attestado medico exhibi-
do, resolve conceder-lhe trinta
dias de licença, com ordenado,
na forma da lei, para tratar de sua
saude.

Communicou-se ao Dr. Chefe
de Policia.

Expediente do Governo do dia
29 de Julho de 1911.

Officios:

Ao Cidadão Inspector do The-
souro.

Recommendo-vos que façaes
pagar a inclusa folha do pessoal
occupado no serviço do calça-
mento da rua das Trincheiras
desta Cidade, durante a semana
de 24 a 29 do corrente mez, in-
clusive a conta das despesas miu-
das feitas com o mesmo serviço,
na importancia total de
432\$025, devendo ser effectuado
o respectivo pagamento nos ter-
mos das ordens existentes nes-
sa Repartição.

Ao mesmo:

Recommendo vos que façaes
pagar a inclusa folha do aponta-

dor e operarios que se acham em
serviço do proprio estadual sito
a rua das Trincheiras desta Ci-
dade durante a semana de 24 a
29 do corrente mez, assim como
uma conta, na importancia total
de 350\$010, devendo ser effectua-
do o respectivo pagamento de
acordo com as ordens existen-
tes nessa Repartição.

Ao mesmo:

Recommendo-vos que façaes
pagar ao cidadão Vicente Clau-
dino Alves Filho, a quantia de
60\$000, proveniente de uma ban-
deira Nacional que forneceu para
o Palacio deste Governo.

Expediente do Governo do dia
31 de Julho de 1911.

Portaria:

O Presidente do Estado, atten-
dendo ao que requereu D. Alexan-
drina Ferreira Pinto, professora pu-
blica da cadeira do sexo femini-
no da villa de Araruna, tendo em
vista a informação da Directoria
Geral da Instrução Publica e Es-
cola Normal e o attestado me-
dico exhibido, resolve conceder-
lhe noventa dias de licença, sen-
do sessenta dias com ordenado,
e trinta com metade, de acordo
com as letras a e b § 1.º do
art. 48 do regulamento que bai-
xou com o Decreto n.º 241 de
26 de Agosto de 1904, a contar
de 16 do corrente mez, para tra-
tar de sua saude.

Communicou-se ao Director
Geral da Instrução Publica e Es-
cola Normal,

Officio:

Ao Cidadão Inspector do The-
souro.

Nesta data, vos faço apresen-
tar o conferente externo da Re-
cebedoria de Rendas, capitão Pos-
sidonio Tavares da Costa, que
se achava addido a Secreta-
ria de Estado, afim de que fa-
çaes recolher a respectiva Repar-
tição.

DESPACHOS

Dia 24

Petição de Antonio Manoel de
Castro.—Como requer, nos ter-

mos da informação do Inspector do Thesouro.

Petição de Manoel Pereira da Costa.—Indeferido, nos termos da informação do Thesouro.

Dia 25
Petição de Guimarães & Irmão.—Como requer.

Dia 26
Officio do Director da Instrução Publica e Escola Normal.—Ao Thesouro para fornecer.

Petição de D. Alexandrina Ferreira Pinto, professora publica.—Concedo a licença pedida, nos termos da informação da directoria geral da Instrução Publica e Escola Normal.

Petições de Vercelencio Cezar e de D. Rachel de Medeiros Costa.—Como requerem.

Petições de Guimarães & Irmão e de A. B. Lyra & C.a.—Informe o Thesouro.

Petições de D. Belmira Machado da Costa, do coronel Eulio de Aragão e Mello e de Elyseu Francisco das Chagas Noronha.—Como requerem, nos termos da informação do Thesouro.

Dia 27
Petição de Abílio Pereira Guedes, Chefe da Estação de Arrecadação da Villa de Pedras de Fogo.—Concedo a licença pedida nos termos da informação do Thesouro.

Petição de Pedro Justino dos Santos.—Como requer nos termos da informação do Thesouro.

Petição de D. Anna Alexandrina da Gama e Mello.—Como requer, de accordo com a informação do Thesouro.

Petições de Manoel Vieira Bernardes, de Anísio Mathias de Oliveira, de Brabancio Piragibe de Sousa Lemos e de Joaquim Evangelista de Albuquerque Maranhão.—Como requer.

Dia 28
Conselho de Guerra á que foi submettido o soldado do Batalhão Policial, Ignacio Domingues de Barros, réo de 1.ª discrição aggravada.

Petição do Gerente da Comp.ª «Great Western».—Ao Thesouro para pagar.

Petição de Ildelfonso Fernandes de Araújo Lima, administrador da Cadeia Publica.—Concedo alicen-

ça pedida, com ordenado na forma da lei.

Dia 29
Petição de D. Aquilina Caçador.—Como requer.

Prefeitura Municipal de São João do Cariry, em 15 de Julho de 1911.

Exm. Sr. Dr. João Lopes Machado, M. D. Presidente do Estado.

Communico á V. Exc. que nesta data fiz recolher á Estação de Arrecadação Estadual desta villa, a importancia de 254\$080 reis, correspondente aos 20 % deduzidos de 1:270\$360 rs. referente a arrecadação municipal deste municipio, do 2.º trimestre deste anno, como preceitua a lei n. 216 de 10 de novembro de 1904.

Reitero á V. Exc. meus protestos de estima, respeito e consideração.

Saúde e fraternidade
O sub-prefeito em exercicio
Manoel Correia da Costa,

Chefatura de Policia

ESTADO DA PARAHYBA, 17 DE JULHO DE 1911

Exmo. Snr. Dr. João Lopes Machado
M. D. Presidente do Estado

Participo a V. Exc. que no dia 15 do corrente, foi recolhido de minha ordem, á cadeia publica desta capital, Leopoldo de Menezes, por disturbios. Nessa mesma data, ainda de minha ordem, foram postos em liberdade Cicero de Tal, Florencio de Tal, Guilherme Gomes do Nascimento, Manoel Damião da Silva, Antonio Seraphim Bezerra, João Marcos e João Vicente, que se achavam detidos, o primeiro por disturbios, o segundo como alienado e os demais para averiguações policiaes.

De ordem do delegado da capital foram, tambem na mesma data, recolhidos: José Francisco e Marcellino José d'Oliveira, o primeiro por disturbios e o segundo para averiguações policiaes. Foi posto em liberdade, de ordem da mesma autoridade, Felix José dos Passos, que se achava detido para averiguações policiaes.

Hontem, de minha ordem, foi posto em liberdade Leopoldo de Menezes, que se achava detido por disturbios. De ordem do delegado da capital foi, na mesma data, recolhido o individuo de nome Manoel Luciano, por embriaguez.

Dia 18
Participo a V. Exc. que hontem de minha ordem foi recolhida á cadeia publica Maria Severina de Jesus, por disturbios, e relaxadas as prisões de Lino Cordeiro e Manoel Lopes de Albuquerque, que se achavam detidos por disturbios; de ordem do delegado desta capital, foram relaxadas as prisões de Manoel Luciano, Francisco Romão e José Francisco da Costa, aquelles por embriaguez e este por disturbios; de ordem do 2.º subdelegado do 1.º districto foi recolhido Eugenio Candido de Oliveira, por embriaguez.

Dia 19
Participo a V. Exc. que hontem de minha ordem, foi recolhido á cadeia publica d'esta capital, o seguinte individuo: Manoel de Albuquerque, por disturbios.

Tenho á informar-vos que o delegado d'esta capital com os medicos legistas da Policia, procederam á corpo de delicto na menor Joanna Maria de Jesus, deflorada no districto de Cachoeira, da comarca do Espirito Santo, remettedo-a depois ao delegado d'aquella circumscripção, para os fins de direito.

Dia 20
Participo a V. Exc. que hontem de minha ordem, seguiu para o termo do Pilar, o réo Manoel Targino de Menezes, afim de assistir o seu julgamento na proxima sessão do jury; de ordem do delegado d'esta capital, foi relaxada a prisão de Arthur Ferreira da Costa, que se achava indiciado por crime de defloramento; de ordem do 2.º subdelegado do 1.º districto, foi recolhido João Antonio da Trindade, por disturbios; foi relaxada a prisão de Eugenio Candido d'Oliveira, que se achava detido por embriaguez; de ordem do subdelegado do 2.º districto foi recolhido Francisco Romão por embriaguez.

Foram hoje distribuidas 06 rações á 96 detentos inclusive 5 na Enfermaria. Ficam existindo 98 detentos dos quaes 74 sentenciados, 13 pronunciados, 8 indiciados, 2 por disturbios e 1 por embriaguez.

Sendo: 53 por crime de homicidio, 12 por crime de roubo, 6 por crime de furto, 11 por crime de ferimentos, 1 crime de moeda falsa, 2 por crime de infanticidio, 3 por crime de estupro, 2 por crime de defloramento, 1 por embriaguez, 2 por disturbios e 5 condemnados, vindos do Espirito-Santo.

Saúde e fraternidade
O Chefe de Policia,
Francisco C. C. de Albuquerque.

Superior Tribunal de Justiça
48.ª SESSÃO ORDINARIA

Em 8 de Agosto de 1911
PRESIDENTE—Candido Pinho

PROCURADOR GERAL—J. A. de Almeida.

SECRETARIO—Agrippino T. C. Branco.

Compareceram os desembargadores Candido Pinho, Antonio Balthar, Botto de Menezes, Caldas Brandão, Eutiquio Autran, juiz de direito da 1.ª vara, e o Procurador J. A. de Almeida.

PASSAGENS—Embargos ao accordo. N. 8. Da comarca de Itabayanna. Relator Botto de Menezes. Embargante Eufrazio Salustiano de Arruda. Embargado Miguel Marcellino de Salles. O desembargador Caldas Brandão passou os autos ao desembargador Antonio Balthar.

Appellação civil. N. 11. Da comarca de Pombal. Relator Heraclito Cavalcanti. Appellantes Claro José Ferreira e outros. Appellados Benedicto Correia de Queiroga e sua mulher.

N. 9. Da comarca de Alagôa Grande. Relator Ignacio Brito. Appellantes Francisco Paes d'Araújo, Appellados Camillo José do Nascimento e outros. O Presidente do Tribunal mandou apresentar os autos ao dr. juiz de direito da 1.ª vara, que se acha substituindo o desembargador Ignacio Brito que se acha fora de exercicio.

PARECER—Recurso de graça. N. 10. Da comarca da capital. Relator Botto de

Menezes. Impetrante Manoel Ferreira da Silva. O Procurador Geral apresentou os autos com o parecer.

JULGAMENTOS—Appellação crime. N. 22. Da comarca de Guarabira, Termo de Serraria. Relator Ignacio Brito. Appellante Enedino Pereira dos Santos. Appellada a justiça publica.

N. 18. Da comarca de Patos. Appellante Severino Ignacio de Lima. Appellada a justiça publica.

Recurso de graça. N. 2. Da comarca de Campina Grande. Impetrante João Vicente da Silva.

Appellação civil. N. 2. Da comarca da capital. Appellantes José Gomes Varella e outros. Appellados Manoel Francisco Rabello e outros. Foram assignados os accordãos.

Petição de habeas-corpus. Da comarca de Campina-Grande. Impetante João Pereira Martins. O Tribunal, por unanimidade, mandou pedir informações aos drs. juizes de direito de Campina Grande e Areia.

Secção Livre

Tiro B. Parahybano

37. da Confederação

Aviso aos socios em atrazo, que no dia 9 do andante, realizar-se-á uma sessão do Conselho Director, em que serão eliminados todos aquelles que se acharem devendo mais de 3 mezes, conforme o artigo 9 do Regulamento da Confederação do Tiro Brasileiro.

Os que pretenderem liquidar os seus debitos, queiram apparecer, na sede social, das 7 ás 8½ da noite, que para esse fim, achar-se-á aberta todas as noites.

Secretaria do Tiro Brasileiro Parahybano, em 7 de Agosto de 1911.

Benjamin Franklin de Britto,
Secretario.

Gottas estomacaeas

Protesto

O pharmaceutico Romulo de Magalhães Pacheco, tendo o seu preparado denominado GOTTAS ESTOMACAEAS premiado nas exposições de S. Luiz em 1904 e Nacional de 1908 e registrado nas Juntas Commerciaes do Estado da Parahyba, («Correio Official» da Parahyba n. 18, de 27 de Junho de 1911), e do Rio de Janeiro, («Diario Official» n. 175, de 28 de julho de 1911), protesta contra a imitação de marca feita pelo sr. pharmaceutico Arthur de Carvalho, de Camocim, Ceará, o qual acaba de expor á venda um producto pharmaceutico com igual denominação e applicações identicas ao seu acima dito.

Em tempo fará valer os seus direitos perante os tribunaes, caso a isso seja levado.

Parahyba, 7 de Agosto de 1911.
Romulo de M. Pacheco.

A PREVIDENCIA

Caixa Paulista de Pensões
Aviso aos socios

Avisamos aos socios contribuintes da Parahyba que, segundo alteração feita pelo Governo da Republica nos estatutos da PREVIDENCIA, ficou determinado que os herdeiros dos socios só têm direito, de ora em diante, ao reembolso das prestações pagas, no caso de terem os mesmos socios contribuintes pago as prestações devidas até os ultimos tres mezes anteriores ao seu fallecimento, ficando, outrosim, o mez do fallecimento incluido no periodo dos tres mezes.

Esta exigencia está expressa no decreto n.º 8802, de 28 de Junho de 1911, que nesse ponto modificou o artigo 42 dos estatutos offerecidos a aprovação do Governo da Republica.

Parahyba, 1.º de Agosto de 1911.

ROMULO PACHÊCO.
Agente Geral

Navegação Bahiana

VAPOR

Jequitinhonha

E' esperado do Sul até o dia 13 do corrente, sahirá no mesmo dia á tarde para Natal, Macaú, Mossoró, Aracaty, Ceará, Camocim e Amarração.

Este vapor é illuminado á luz electrica e offerece optimas acomodações para passageiros.

Para cargas, fretes, encomendas e passagens trata-se com os agentes,

KRONCKE & C.a
Parahyba, 1 de Agosto de 1911.

Machinas de costura para fora da Capital

A Casa Americana avisa que vende as suas machinas a qualquer pessoa idonea que tenha correspondente na Capital e que se encarregue do pagamento das prestações.

Toda correspondencia á Casa Americana.

Vende-se

O Engenho Santa Fé, a poucos kilometros da Villa do Pilar, com proporções par o fabrico annual de 1:500 pães de assucar e mais terrenos de catinga e cipóal. Quem pretender dirija-se ao proprietario Luiz Francisco de Hollanda Pessoa, residente no mesmo Engenho.

(6—15)
Já se pode possuir seda do rto. Guarda chuvas puro do rto a 25\$000—aproveitem.

Atenção

Grande exposição de amstras dos seguintes artigos:

Gravatas de seda Japoneza.
Ditas «Jupe-culotte».
Ditas «Verdadeira Novidade».
Porta-Punhos de celluloides.
Bolsas diversas para senhoras.
Ditas de ouro (tudo ouro) idem;
e muitos outros artigos—Verdadeiras novidades—proprias para a epocha das «Neves».

Preços baratissimos!!!
GRANDE EXPOSIÇÃO NA
CASA DE MOVEIS

DE

Navarro & C.

RUA MACIEL PINHEIRO N. 33
VENDAS A DINHEIRO

Casa Ré Umberto

Vende quasi a preço da Velha Europa: bicos, rendas, bordados, meias, perfumarias, chapéo para homem, guarda chuvas de todas especie, brim, pe-james, camisas estrangeiras, ceroulas e uma infinidade de artigos que seria infadonho discriminal-os. Todos ao velho Ré Umberto.

Rua Barão do Triunpho, 31

Ciro Maione & C.a.

Falsificação da fari-nha Gold Medal

Tendo conhecimento de que casas commerciaes desta praça vendem a afamada farinha de trigo Gold Medal em quantidades superiores ás que recebem da America e a preços que somente poderiam deixar prejuizo, e sabendo que para este fim recorrem ás barricas vazias da referida marca que encham de artigo inferior, commetendo assim manifestas falsificação, peço aos consumidores e apreciadores da farinha Gold Medal, desta praça e do interior, que só a comprem em casas de reconhecido credito e serie-lhe afim de que não sejam illaqueados em sua boa fé.

Parahyba, 19 de Junho de 1911
Juan Fernández Diaz
Representante Geral.

Chama-se a atenção

Vende-se uma mobilia usada em perfeito estado, na rua Barão do Triunpho, antiga Estrada do Carro, n. 6, composta das seguintes peças: doze cadeiras de guarnição, quatro de braços, duas de balanço e um sofá.
(3—5).

EDITAES

De ordem do Sr. Capitão de Corveta e do Porto d'este Estado, faço publico para os devidos fins, que acha-se aberta com o prazo da Lei (sete dias) a inscripção para o fornecimento geral aos navios e dependencias de Marinha n'este Estado, no exercicio de 1912, podendo os pretendentes solicitar d'esta Repartição as precizas instruccões.

Capitania do Porto da Parahyba, 4 de Agosto de 1911.

O Secretario

Manoel da Motta Leal.
(2—3).

Junta Commercial do Estado da Parahyba

Pela secretaria da Junta Commercial do Estado da Parahyba, se faz publico de conformidade com o artigo 27 do decreto n. 37 de 30 de abril de 1894, que durante o mez de julho proximo findo foram archivados os seguintes contractos e distractos de sociedades commerciaes:

CONTRACTOS

De J. Clemente Levy e J. Clemente Levy & Filho, em commenda por acções, sob a denominação de «Sociedade Exportadora Parahybana» para o commercio de compra e venda de couros, courinhos, algodão e outros artigos, á rua Visconde de Inhamã n. 24, com o capital de rs. 60:000\$000 sob a firma —Levy & C.

De Antonio Joaquim Vergara, dr. Izidro Gomes da Silva e Francisco Honorato de Mendonça, para o commercio de genero de estivas, em grosso, sito á praça Dr. Alvaro Machado n. 6 com o capital de rs. 180:000\$000, sob a firma F. H. Vergara & C.

De Pedro Leão Santa Rosa e Genuino Thomaz de Mello, para o commercio de calçados e outros, á rua Maciel Pinheiro n. 78, com o capital de rs. 9:600\$000, sob a firma de Leão & Irmão.

DISTRACLOS

De Avelino Cunha & C. estabelecidos á rua Maciel Pinheiro n. 58, com loja de fazendas com a retirada do socio Salviano de Azevedo Maia, ficando o activo e passivo a cargo do socio Avelino de Azevedo Cunha.

De C. Alustau & C.a estabelecidos com alfaiataria á rua Maciel Pinheiro n., com a retirada dos socios José Alustau e Belarmino Antonio Carneiro, ficando o activo e passivo a cargo do socio Claudiano Alustau.

Secretaria da Junta Commercial do Estado da Parahyba, 4 de agosto de 1911.

J. Pedro Ribeiro.
Secretario

De ordem de S. Exc. o Sr. Presidente do Estado faço publico para conhecimento das autoridades e repartições competentes que segundo participou o Ministro das Relações Exteriores, em aviso n. 5 de 22 de julho proximo findo, foi reconhecido o Sr. Richard Brupachor como encarregado do Consulado da Suissa no Recife, com jurisdicção neste Estado, devendo as referidas autoridades e repartições reconhecerem-no no caracter d'aquelle cargo.

Secretaria de Estado da Parahyba, em 2 de Agosto de 1911.
Ignacio Evaristo Monteiro
Secretario de Estado.

Inspectoria de Obras

Contra as Seccas

CONCURRENCIA PARA A CONSTRUÇÃO DO AÇUDE DE BODCOONGÓ, NO MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAHYBA.

De ordem do exmo. sr. ministro da Viação e Obras Publicas faço publico que, 30 dias depois da publicação deste, se recebem na sede da 2.ª secção, em Natal ou na Secretaria desta Inspectoria onde serão abertas, propostas para a construcção do açude acima referido, cujo projecto, aprovado pelo exmo. sr. ministro por aviso n. 236, de 5 de julho de 1911 póde ser examinado, com o orçamento, caderno de encargos e demais peças, nos referidos locais. As condições basicas desta concurrencia são as seguintes:

As obras em concurrencia constam de uma barragem de terra com 15 metros de altura, acima do leito do riacho, 50m,60 de largura na base, quatro metros no coroamento e 148 metros de desenvolvimento no coroamento, tendo na base do talude de montante um muro de pedras seccas, e de um sangradouro aberto, parte em pedra e parte em terra, de 15 metros de largura e cuja soleira ficará na cota de 13 metros acima do fundo da bacia receptora, no local a barrar, protegido por pequenos muros de ala na entrada e sahida do mesmo, de alvenaria de pedra e argamassa de cimento e areia de traço 1:3. A barragem de terra inclusive os alicerces cuba 30.817m, o muro de pedras seccas 50m3, o corte no

sangradouro 2.145^m3, dos quaes 1.430 metros de rocha e os muros de alas 113^m3.

II

Os materiaes a empregar-se e modo da execução das obras deverão obedecer ás indicações technicas constantes do orçamento da memoria descriptiva e do caderno de encargos que acompanham os planos.

III

As obras estão orçadas em... 72:244\$465. O excesso, si houver resultante de modificações supervenientes, será pago pelos preços unitarios do orçamento.

IV

O tempo da execução das obras inclusive o das installações do arrematante, não excederá de 12 mezes. O prazo para installação e inicio das obras não deverá exceder de 60 dias.

V

Para serem admittidos á adjudicação, deverão os proponentes provar que possuem a idoneidade requerida para garantir a bõa execução das obras. Para esse fim, deverão fornecer á Inspectoria certificados de capacidade e garantias pecuniarias. Os certificados comprovarão a competencia technica effectiva a exação moral dos proponentes para com a administração publica, terceiros ou operarios.

As garantias pecuniarias constarão de um caucionamento provisorio feito no Thesouro Nacional ou na Delegacia Fiscal da Parahyba do Norte no valor de 1.444\$889, isto é, 2% da importancia total do orçamento.

VI

A Inspectoria procederá previamente ao julgamento da idoneidade, e não abrirá as propostas dos concorrentes cujas provas de capacidade forem julgadas insufficientes.

VII

A concorrência versará exclusivamente sobre a porcentagem de abatimento feita sobre a importancia total do orçamento a que se refere a clausula III.

VIII

As propostas não poderão conter senão uma formula de completa submissão a todas as clausulas deste edital e clausulas geraes de contractos, em vigor nesta Inspectoria, onde os interessados encontrarão os respectivos impressos.

IX

Não se tomarão em considera-

ção quaesquer offeras de vantagens não previstas neste edital, nem propostas que contiverem offerecimento de uma redução sobre a proposta mais barata.

X

A abjudicação caberá de direito ao autor da proposta mais barata, por minima que seja a differença entre ella e qualquer outra.

XI

Havendo igualdade absoluta nos preços, deverá ser preferido o proponente que, a juizo da Inspectoria, possuir mais idoneidade ou o que residir nas proximidades do local da obra.

XII

O arrematante terá direito ás mesmas servidões garantidas ao Governo da União na escriptura de desapropiação da bacia de recepção do açude, e gozará, durante o tempo dos serviços, de isenção de direitos para os materiaes de contrução que importar.

XIII

Os pagamentos serem feitos dentro dos limites das verbas orçamentarias na Delegacia Fiscal de Natal, e sempre em prestações mensaes, mediante exame e medição feitas por engenheiros da Inspectoria.

XIV

Ao assignar o contracto, fica o arrematante obrigado a elevar o seu deposito a 3.612\$223, 5% do orçamento total e de cada prestação que lhe for paga far-se-á a deducção de 10% da importancia respectiva. Esses depositos ficarão retidos nos cofres da União, até a recepção definitiva das obras.

XV

Uma vez desfalcada a caução, por motivo de multa ou por outra qualquer circumstancia, o arrematante será obrigado a integral-a dentro do praso de 30 dias, da data em que receber notificação para fazer.

XVI

São as causas de caducidade o contracto e perda de cauções o inicio ou conclusão das obras fóra dos prazos estimulados, a suspensão sem motivo justificado por espaço de mais 30 dias e, finalmente, vicios e defeitos na construção, provenientes da inobservancia das indicações technicas.

XVII

A direcção e fiscalisação de todos os serviços ficam a cargo da Inspectoria com a qual o arrematante deverá entender-se directamente sobre todos os assumptos concernentes aos mesmos serviços.

XVIII

As propostas serão enviadas em envolucro fechado e lacrado com a firma competentemente reconhecida. Em uma das faces do envolucro é necessario escrever o nome do autor da proposta, afim de esta não se confundir com as outras. Todos os documentos a que se refere a clausula V. serão devidamente selladas e remetidos tambem em envolucro fechado e lacrado.

Rio de Janeiro, 6 de Julho de 1911.

Miguel Arrojado Lisboa.

(Transcrição do «Diario Official», da União, de 7 de Julho de 1911).

Batalhão Naval

Ministerio da Marinha

De ordem do sr. Almirante Ministro da Marinha, faço publico que se acha aberto, neste Estado, o alistamento de 500 voluntarios para o Batalhão Naval.

Os voluntarios devem satisfazer as seguintes condições:

- a) ser brasileiro com idade de 18 a 30 annos;
- b) ter a robustez necessaria ao serviço militar naval provada perante junta de saúde;
- c) ter bõa conducta comprovada em attestados das autoridades locais;
- d) deverão servir pelo prazo de 5 annos com direito a engajamento e reengajamento;
- e) ficarão sujeitos ás leis e regulamentos da Armada logo que verificarem praça.

Além do soldo, terão os voluntarios as seguintes:

Vantagens das leis em vigor

DECRETO N.º 2336 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1910.

Art. 6.º—Os voluntarios perceberão a gratificação diaria de \$125 e as praças que, findo o seu tempo de serviço, se engajarem terão direito a mais meio soldo e as que se reengajarem terão soldo dobrado e, em ambos os casos, perceberão a gratificação diaria de \$250.

Art. 7.º—As praças que completaram trez annos de serviço com exemplar comportamento terão uma gratificação igual a metade do soldo simples da classe respectiva, sem prejuizo das demais gratificações a que tiverem direito.

Art. 8.º—As praças que se engajarem ou reengajarem terão direito, em cada engajamento, ao valor do dinheiro das peças de fardamento gratuitamente distribuidas ás praças por occasião de se alistarem.

Decreto n. 2290 de 13 de Dezembro de 1910:

Art. 9.º—As praças que baixarem ao Hospital ou Enfermaria perceberão o soldo integral, perdendo a gratificação e a etapa, salvo si baixarem por motivo de ferimentos recebidos em combate ou na manutenção da ordem publica ou por molestia adquirida em campanha, caso em que terão direito a todos os vencimentos durante o tempo em que permanecerem enfermas, até o maximo de um anno, findo o qual serão reformados, precedendo inspecção de saúde.

Para seu sustento terão as praças uma etapa e os inferiores duas, soffrendo quando arranchados, o desconto de uma só etapa.

As praças que completarem dez annos de serviço terão um accrescimento de 10 % sobre o total do soldo e da gratificação e as que completarem 15 annos terão 15 % sobre o mesmo total.

Sobre o Asylo de Invalidos

Têm direito ao Asylo as praças que se invalidarem no serviço da Marinha de Guerra, por algum dos seguintes motivos:

Ferimentos ou lesão recebidos em combate;

Ferimentos ou leão devidos a desastres em acto de serviço;

Molestia adquirida durante o tempo de serviço ou velhice; terão direito em todos os casos, ao soldo correspondente ás suas classes de accordo com os annos de serviços, conforme as leis que regem os invalidos de Marinha.

Terão direito á passagem por conta do Governo para os Estados a que pertencerem as praças que derem baixa do serviço.

Terão acesso de postos desde cabo de esquadra até sargento-ajudante e bem assim serão aproveitados, com preferencia para as demais classes da Armada, como sejam: Fieis, Escreventes, Serralheiros, Carpinteiros, Armeiros, etc. e para empregos publicos em igualdade de habilitação.

Além das vantagens das leis em vigor, os voluntarios terão direito á passagem do lugar em que estiverem para a Capital Federal, e de volta ao seu domicilio ao terminar o tempo de praça.

Nos Municipios, os pretendentes deverão apresentar-se aos Prefeitos Municipaes; nesta Capital ao official encarregado do alistamento ou ao Capitão do Porto—Capitania do Porto, Parahyba, 25 de Julho de 1911.

ARISTIDES DE ALMEIDA BELTRÃO.

Capitão-Tenente